



220



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0005995-97.2010.8.17.0000 (0212452-9)

IMPETRANTE: Eutacio Borges da Silva Filho – OAB/PE 11.671

PACIENTE: Rafael Santos da Silva

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

SM

1. O lapso temporal de aproximadamente 3 (três) meses, existente entre a prisão em flagrante delito do paciente e a data atual, não é suficiente a configurar o alegado constrangimento ilegal, porquanto o mesmo se encontra em consonância com o princípio da razoabilidade, vez que já fora recebida a denúncia, citado o paciente, e ofertada resposta à acusação pela defesa;

2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0005995-97.2010.8.17.0000 (0212452-9), em que figura como impetrante o Advogado Eutacio Borges da Silva Filho, e como paciente Rafael Santos da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 19 de maio de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



221



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0005995-97.2010.8.17.0000 (0212452-9)

IMPETRANTE: Eutacio Borges da Silva Filho – OAB/PE 11.671

PACIENTE: Rafael Santos da Silva

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

RELATÓRIO

O Advogado Eutacio Borges da Silva Filho impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Rafael Santos da Silva, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara do Distrito Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 0011283-23.2010.8.17.0001, acusado do cometimento do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, tipificado no art. 33, da Lei 11.343/2006.

Informa o impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 05/02/2010, e alega que este sofre constrangimento ilegal, ocasionado por excesso de prazo para a formação da culpa, já que, desde a autuação do feito criminal, que se deu em 10/02/2010, nenhuma movimentação processual foi efetuada pelo Juízo impetrado.

Requer, assim, o causídico, a concessão da ordem, para que se proceda com o relaxamento da prisão provisória do paciente, em face do alegado excesso prazal.

A inicial veio instruída com o documento de fl. 06.

Pleito liminar indeferido às fls. 13/14.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 20, acompanhadas dos documentos de fls. 21/74.

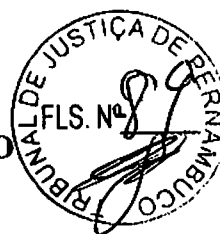
Em parecer de fls. 78/82, a Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, opinou pela denegação da ordem.

Immm

1



222



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Busca o impetrante, com a presente ordem, o relaxamento da custódia provisória do paciente, alegando, para tanto, que este sofre constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para a formação da culpa.

Pois bem.

É sabido que o constrangimento ilegal, decorrente de excesso de prazo na formação da culpa, somente se configura quando a instrução criminal se prolonga além dos limites do princípio da razoabilidade, verificada a desídia da autoridade competente, tornando ilegal a custódia provisória do réu que não der causa ao atraso. Entretanto, esta não é a situação do caso em análise, como restará demonstrado abaixo:

Extraí-se dos autos, que no dia 05.02.2010, policiais que checavam denúncias anônimas acerca da prática de tráfico de drogas por parte do paciente, se dirigiram à sua residência, e nela ingressaram, após o consentimento do mesmo, ocasião em que encontraram 25 (vinte e cinco) papérolas da erva conhecida como “maconha”, no interior de um saco plástico, escondido entre as roupas do paciente. Nesta oportunidade, foi efetuada a prisão em flagrante delito deste último.

A denúncia foi ofertada pelo Ministério Público em 24.02.2010, enquadrando o paciente como incurso nas sanções do art. 33, da Lei 11.343/2006, a saber, tráfico ilícito de entorpecentes.

Nas informações prestadas pela autoridade dita coatora, que se encontrava respondendo pela jurisdição durante as férias do Juiz titular, no período de 09.04.2010 a 04.05.2010, consta a notícia de que a denúncia foi recebida em 19.04.2010.

Em contato realizado com o Juízo de 1º Grau em questão, sobreveio a informação de que já fora apresentada a resposta à acusação por

Immm



223

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



parte da defesa do paciente, e os autos estão conclusos para a apreciação do pedido de liberdade provisória, que já se encontra com parecer contrário à sua concessão, ofertado pelo Ministério Público, bem como para designação de data para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Do acima narrado, constata-se que o lapso temporal de pouco mais de 3 (três) meses, existente entre a prisão em flagrante delito, do paciente e a data atual, não é suficiente a configurar o alegado constrangimento ilegal.

Isso porque, apesar de se constatar uma certa morosidade no andamento inicial do processo, o mesmo se encontra em consonância com o princípio da razoabilidade, vez que já fora recebida a denúncia, citado o paciente, e ofertada resposta à acusação pela defesa.

Cabe ressaltar que a custódia do paciente é relativamente recente, contando com apenas 3 (três) meses, e o processo vem seguindo o seu trâmite, não havendo como se falar em excesso de prazo na perspectiva de sua consideração global, ou seja, analisando-se o tempo da privação da liberdade juntamente com o andamento do procedimento como um todo, e não como fases dissociadas. Ademais, é certo que o relativo prolongamento do feito em sua etapa inicial será compensada na fase seguinte, atuando a autoridade impetrada de forma diligente, de modo a não prejudicar o razoável andamento do processo.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 19 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator